



CONTRATO que entre si fazem a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF e a Pontonet Comércio e Serviços de Informática Ltda.

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**, empresa pública federal, criada pela Lei nº 6.088/74, entidade integrante da Administração Pública Indireta (Decreto-lei nº 200/67, art. 4º, II, “b”), inscrita no CNPJ sob nº 00.399.857/0014-26, com sede na Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, Bom Jesus da Lapa, CEP 47.600-00, Estado da Bahia, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada por seu Superintendente Regional, Sr. **LOURIVAL SOARES GUSMÃO**, brasileiro, divorciado, Engenheiro Agrônomo, portador do CPF/MF nº 065.475.245-15 e do RG nº 1.130.467-74 SSP/BA, domiciliado na Avenida Manoel Novais, S/N, Centro CEP 47600-000, Bom Jesus da Lapa (BA), com delegação de competência dada através da Decisão nº 1622 de 23.12.2011 e a empresa **PONTONET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07345258/0001-79, com sede na Rua Boa vista de Brotas, nº 216 Térreo Engenho Velho, CEP 40240-340 Salvador (BA), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Procurador infra-assinado, Sr. (ª) **BENEDITO NILSON DE JESUS REBOUÇAS**, brasileiro, casado, contador, portador do CPF/MF nº 083.586.645-91 e do RG nº 00780864-00 SSP/BA, domiciliado na Rua Coronel Bráulio Guimarães, nº 224 Edf. Ocean Ville – Jardim Armação, Salvador (BA), resolvem celebrar o presente contrato de acordo com a autorização do Superintendente Regional da CODEVASF - 2ª/ SR, expressa na determinação nº 264 de 06 de novembro de 2012 constante às folhas 310 do processo administrativo nº 59520.001149/2012-21 sujeitando-se à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520, de 17/07/2002, do Decreto nº 3.722, de 09/01/2001 alterado pelo Decreto 4.485/02, Decreto nº 5.450 de 31/05/2005, Decreto nº 2.271/97 e no Decreto 6.204/2007, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, Lei nº 8.248 de 23/10/1991, Decreto nº 7.174 de 25/05/2010, Decreto nº 3.555 de 8 de agosto de 2000, Decreto 3.693 de 20 de Dezembro de 2000, Decreto 3.784 de 06 de abril de 2001, Decreto nº 7.746 de 05/06/2012, Instrução Normativa 01 de 19 de Janeiro de 2010 SLTI/MPOG, mediante às cláusulas e condições seguintes:

### 1. Cláusula Primeira – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, instalação e configuração de softwares em equipamentos de informática, incluindo atendimento ao usuário (help-desk), suporte à utilização de softwares básicos e de apoio e instalação e manutenção de pontos de rede. Licitados através do Edital nº 30/2012-2ª SR, modalidade Pregão Eletrônico.

### 2. Cláusula Segunda - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos, a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Pregão nº 30/2012;
- b) proposta financeira da CONTRATADA e respectiva documentação;
- c) termo de referência;
- d) planilha orçamentária;



e) demais documentos pertinentes, contidos no processo administrativo nº 59520.001149/2012-21.

2.1. Em caso de divergência entre os documentos acima indicados e os termos deste instrumento, prevalecerão estes últimos.

2.2. A CODEVASF se reserva ao direito, mesmo durante a execução dos serviços, de introduzir modificações, resguardados o direito da CONTRATADA, quanto aos serviços executados.

### **3. Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo para a execução dos serviços objeto será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de assinatura do contrato, com eficácia legal após a publicação do respectivo extrato, do Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado na forma do inciso II, do art. 57 da Lei n.º 8.666/93, observando-se o disposto nos §§ 1º e 2º do referido artigo, por períodos iguais e sucessivos, limitado ao total de 60 (sessenta) meses, mediante manifestação expressa das partes.

3.1. Toda prorrogação de prazo será precedida de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por órgão e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a CODEVASF.

3.2. Quando da prorrogação do prazo, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados, como condição para a renovação.

3.3. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF, se manifestado expressamente, por escrito, pela CONTRATADA até 30 (trinta) dias antes do vencimento do contrato, devendo o documento ser protocolizado na CODEVASF até a data limite de que trata este item.

3.4. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

3.5. Eventual prorrogação do prazo de execução do presente contrato somente será autorizada mediante apresentação, pela contratada, de documentação comprobatória de regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista.

### **4. Cláusula Quarta - VALOR**

O valor global do presente contrato é de R\$ 58.798,97 (cinquenta e oito mil setecentos noventa e oito reais e noventa e sete centavos), nos termos da proposta financeira apresentada.

4.1. Nos valor acima estão incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, Leis sociais, mão de obra e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços.

4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.3. A infringência do disposto no item anterior desta cláusula impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações, pelo prazo de 6 (seis) meses, a partir da verificação do evento.



## 5. Cláusula Quinta - RECURSOS

Os recursos correrão por conta do programa de trabalho nº 04122211120000001 – Administração da unidade, Fonte 100, categoria 3, sob a gestão da 2ª SR consoante Nota de Empenho nº 2012NE003363, datada de 31 de outubro de 2012.

## 6. Cláusula Sexta – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V \left[ \frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

## 7. Cláusula Sétima - FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão liberados mediante a apresentação pela contratada, dos seguintes documentos:

- a) Fatura emitida pela empresa contratada referente aos serviços prestados no mês de competência;
- b) Relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo contratado referente ao mês de competência, devidamente atestado pelo coordenador do contrato, formalmente designado;
- c) Comprovação de recolhimento à Previdência Social, através de GPS- Guia de Previdência Social, devidamente autenticada, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no Art. 31, da Lei nº 8.212 de 24/07/91, juntamente com a apresentação da fatura de cada parcela de pagamento;
- d) Comprovação de recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- e) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT, com prazo de validade em vigor, [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao); e**
- f) As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.



7.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.

7.3. As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas e atestadas pela fiscalização, estando isentas de erros ou omissões, sem o que, serão imediatamente devolvidas à contratada para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

**7.4. Quando se tratar da quitação do último pagamento a CODEVASF se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que seja apresentado a GPS relativa ao mês dos últimos serviços prestados. Da mesma forma, deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção dos pagamentos.**

7.5. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante quaisquer terceiros interessados.

7.6. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações reclamatórias trabalhistas e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando ao reembolso da importância despendida pela CODEVASF, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária. A CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

7.7. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

7.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem.

7.9. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

7.10. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

7.11. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento a do dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento do fornecimento, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.



7.12.É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega a CODEVASF dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não for atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

7.13. As faturas indicarão, obrigatoriamente, o número da nota fiscal, data de emissão, nome e CNPJ da empresa contratada, descrição detalhada dos serviços executados e a retenção dos impostos.

7.14.Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

7.15.A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser constatada através de consulta “on line” ao Sistema de Cadastramento Unificada de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais quanto à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93.

7.16.A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme exigência contida no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

7.17.Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 7.18, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$ , onde:

$AM$  = Atualização Monetária;

$P$  = Valor da Parcela a ser paga; e

$I$  = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + im_1/100)dx^{1/30} \times (1 + im_2/100)dx^{2/30} \times \dots \times (1 + im_n/100)dx^{n/30} - 1$ , onde:

$i$  = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

$d$  = Número de dias em atraso no mês “m”;

$m$  = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

7.18.Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.

7.19.Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

7.20.Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

## 8. Cláusula Oitava – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada previamente à assinatura do mesmo, em espécie, em Títulos da



Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

08.1. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do Art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).

08.2. Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços contratados.

08.3. A caução em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.

08.4. A não integralização da garantia no prazo estabelecido representa inadimplências contratuais, passíveis de aplicação de multa e de rescisão, na forma prevista pelas cláusulas contratuais.

08.5. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.

08.6. A CONTRATADA se obriga a prestar a referida garantia, na mesma proporção e condição, na eventual hipótese de celebração de termo aditivo ao contrato.

## **9. Cláusula nona - MULTA**

Em caso de inadimplemento, por parte da licitante vencedora de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, à mesma será aplicada a multa no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor global contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo à rescisão do contrato.

9.2 Ocorrido o inadimplemento, a penalidade será aplicada pela CODEVASF, através de ato da Superintendência Regional baseado no relatório da comissão constituída para tal fim, observando o seguinte:

9.2.1 Cientificada da recomendação da cominação de penalidade, a contratada poderá apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias;

9.2.2 Após o procedimento estabelecido acima, a defesa será apreciada pela Superintendência Regional e, ouvida a Assessoria Jurídica, deverá a autoridade competente decidir sobre a aplicação ou não da sanção;

9.3 A contratada terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da cientificação da aplicação da penalidade pela autoridade competente, para apresentar recurso à CODEVASF.

9.4 Ouvida a Comissão e a Assessoria Jurídica, poderá o Superintendente Regional relevar ou não aplicação da pena.

9.5 Caso seja mantida a sanção, os autos deverão ser remetidos ao Comitê de Gestão Executiva da CODEVASF para julgamento do recurso.





9.6 Caso o Comitê de Gestão Executiva mantenha a multa, não caberá mais recurso.

9.9 Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

9.10 A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias.

9.11 Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher ao setor de contabilidade/finanças da CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da comunicação.

## **10. Cláusula Dez - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela CODEVASF, o atraso injustificado na execução do contrato, a inexecução total ou parcial do contrato, bem como venha executá-lo fora das especificações e condições acordadas, e, ainda, impeça ou embarace, de alguma forma a fiscalização, caracterizam o descumprimento total das obrigações assumidas, nos termos do art. 81 c/c arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, podendo a CODEVASF, garantida a prévia defesa, aplicar ao responsável as seguintes sanções:

I. Advertência por escrito;

II. Multa;

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a CODEVASF pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 9.3.

10.1. As sanções previstas nos incisos I e III da cláusula nona poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.2. A sanção estabelecida no inciso III da cláusula nona é de competência do Ministro da Integração Nacional, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após o prazo de aplicação estipulado.

10.3. Nos termos do Art. 28, do Decreto nº 5.450 de 31.05.2005, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



10.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (Art. 28, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450 de 31.05.2005).

## **11. Cláusula Onze - FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93 e art. 6º do Decreto 2.271 de 07 de julho de 1997, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

11.1. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

11.2 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à 2ª GRG/UTI - Unidade Regional de Tecnologia da Informação, responsável pelo acompanhamento da execução do Contrato.

11.4. A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões.

11.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quando ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

11.6. Das decisões da fiscalização, poderá a contratada recorrer a CODEVASF, no prazo de 10 (dez) dias da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

11.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a licitante vencedora da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

11.8. A CODEVASF, através do fiscal designado para o contrato, poderá, a qualquer tempo, solicitar o afastamento de quaisquer empregados da Contratada, designados e credenciados para atender o objeto contratado, devendo esta substituí-lo por outro técnico com currículo igual ou superior ao do técnico afastado tempestivamente.

## **12. Cláusula Doze - OUTROS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste contrato, a CONTRATADA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento, obriga-se a:

12.1 Utilizar recursos de terceiros somente quando devidamente autorizados ou licenciados pelo detentor dos direitos.

12.2 Garantir que as execuções dos serviços estejam compatível e totalmente aderentes aos produtos





utilizados pela CODEVASF.

12.3 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CODEVASF.

12.4 Reportar à 2ª GRG/UTI - Unidade Regional de Tecnologia da Informação quaisquer anormalidades, erros e irregularidades observados no desenvolvimento dos serviços contratado, causados por ações dos profissionais contratados, de servidores públicos ou de terceiros.

12.5 Assumir toda a responsabilidade pelo objeto contratado perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por dano resultante do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isenta de qualquer penalidade e responsabilidade de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.

12.6 Indenizar os prejuízos e reparar os danos causados à CODEVASF e a terceiros por seus profissionais na execução do contrato.

### **13. Cláusula Treze – OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.**

13.1 Exercer o efetivo acompanhamento da execução do contrato.

13.2 Prestar informações, esclarecimentos necessários e proporcionar condições – no que lhe couber - para que a CONTRATADA possa executar o objeto do contrato.

13.3 Homologar os serviços prestados constantes das ordens de serviços, após a aferição da aderência às especificações e da qualidade dos serviços, atestando as respectivas faturas.

13.4 Notificar, por escrito, a CONTRATADA a ocorrência de eventuais não conformidades no curso da execução do contrato, fixando prazo para sua correção.

### **14. Cláusula Quatorze - RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados.

14.1. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.

14.2. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro, de qualquer equívoco da proposta ou de má administração da CONTRATADA.

14.3. A CONTRATADA é a única responsável pelos serviços que vier a realizar.

### **15. Cláusula Quinze - DO DANO MATERIAL OU PESSOAL**

A CONTRATADA será responsável por qualquer dano, material ou pessoal, causado a terceiros ou à CODEVASF, durante a execução dos serviços contratados ou em decorrência deles.



## **16. Cláusula Dezesseis - ENCERRAMENTO DO CONTRATO**

Concluídos os serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA solicitará através da Fiscalização, a aprovação dos mesmos. A CODEVASF fará na ocasião, as observações que julgar necessárias, rejeitando os serviços que não tenham sido executados a contento nos termos estabelecidos neste instrumento. Ocorrendo esta hipótese, será dado um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complete ou refaça os serviços rejeitados. Aceitos os serviços, a CODEVASF emitirá Termo de Encerramento Físico do Contrato.

16.1. Após o pagamento de todos os valores devidos à CONTRATADA, será emitido pela Unidade de Finanças da CODEVASF – 2ª GRA/UFN, o Termo de Encerramento Financeiro.

## **17. Cláusula Dezesete – RESCISÃO**

O presente contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela CODEVASF, com a conseqüente perda da idoneidade da CONTRATADA nos termos do art. 78, incisos I a XII, XVII da Lei nº 8.666/93 observadas as disposições dos arts. 77,79 e 80 da citada Lei.

17.1. O presente contrato também será rescindido de pleno direito pela CODEVASF, com a conseqüente perda da idoneidade da CONTRATADA para transacionar com a CODEVASF, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito de indenização ou de retenção independentemente de ação ou interpelação judicial, se a CONTRATADA:

- a) tiver a sua falência requerida ou decretada;
- b) entrar em liquidação judicial ou extrajudicial;
- c) tornar evidente sua incapacidade, desaparelhamento ou má-fé;
- d) transferir, no todo ou em parte, este contrato sem prévia e expressa anuência da CODEVASF;
- e) retardar em mais de 20% (vinte por cento) o Cronograma de Execução;
- f) infringir quaisquer outras cláusulas ou condições deste contrato.

## **18. Cláusula Dezoito – REPACTUAÇÃO DE PREÇOS**

Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

18.1. Caso o contrato abarque mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida.



18.2. Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe ao CONTRATADO a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

18.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

18.4. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CODEVASF, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

18.5. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

18.6. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

18.7. Com base em ocorrências registradas durante a execução do contrato, poderão ser negociados os seguintes itens gerenciáveis: auxílio doença, licença paternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso prévio indenizado e indenização adicional.

18.8. Caso esses custos refiram-se a salários, será utilizado como parâmetro para a repactuação o índice de variação dos salários apurado a partir de convenção coletiva de trabalho ou outra norma coletiva aplicável. Cabe a CONTRATADA comprovar, caso pleiteie repactuação do contrato, a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

18.9. A repactuação que ocorrer a partir do segundo ano de vigência do contrato terá o percentual do item “aviso prévio trabalhado” zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano de contrato.

18.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

## **19. Cláusula Dezenove – PUBLICAÇÃO**

A CODEVASF providenciará a publicação do presente contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo que será de até 20 (vinte) dias após aquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

## **20. Cláusula Vinte - FORO**

O Foro da Subseção Judiciária de Guanambi/BA, Seção Judiciária da Bahia –TRF/1ª Região será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**2.029.00/2012**



Ministério da Integração Nacional – MI  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVAAS  
Assessoria Jurídica - 2ª SR

---

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato para a execução dos serviços, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas.

Bom Jesus da Lapa (BA),    novembro    de 2012.

**LOURIVAL SOARES GUSMAO**  
Superintendente Regional da CODEVASF- 2ª/SR

**BENEDITO NILSON DE JESUS REBOUÇAS**  
Pontonet Comércio e Serviços de Informática Ltda

Testemunhas:

Nome:

CPF/MF:

Nome:

CPF/MF: